

Fundação Agência das Bacias PCJ

Entidade delegatária de funções de Agência de Água nas Bacias dos
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí



Relatório sobre a execução do contrato de Gestão nº 003/ANA/2011

**Período
Ano de 2011**

Dezembro de 2011

SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA:	3
1.1. NOME COMPLETO:	3
1.2. NÚMERO DO CNPJ:	3
1.3. NATUREZA JURÍDICA:	3
1.4. ENDEREÇO/TELEFONES:	3
1.5. ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:	3
1.6. NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA:	3
1.7. NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO:	5
2. OBJETIVOS E METAS:	6
2.1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL (ANA):	6
2.2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA:	6
3. INDICADORES DE DESEMPENHO:	7
3.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:	7
3.1.1. Disponibilização de Informações:	7
3.1.2. Planejamento e Gestão:	7
3.1.3. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos:	7
3.1.4. Gerenciamento Interno:	7
3.1.5. Reconhecimento Social:	8
3.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS:	8
3.2.1. INDICADOR 1 – Disponibilização de informações:	8
3.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO:	12
3.3.1. INDICADOR 2 – Publicação e Relatório:	12
3.4. COBRANÇA:	13
3.4.1. INDICADOR 3 – Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos:	13
3.5. GERENCIAMENTO INTERNO:	23
3.5.1. INDICADOR 4 – Gerenciamento Interno:	23
3.6. RECONHECIMENTO SOCIAL:	24
3.6.1. INDICADOR 5 – Reconhecimento Social:	24
3.7. COMUNICAÇÃO SOCIAL:	26
3.8. JUSTIFICATIVAS	27
4. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS	28
5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES	29
5.1. PROJETO CAPACITAÇÃO EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS 2011 - OFICINA PREPARATÓRIA:	29
5.2. PROCESSO DE SELEÇÃO DE EMPREENDIMENTO FEHIDRO E COBRANÇAS PCJ:	30
5.3. CBH/PAULISTA COMPLETOU 18 ANOS EM NOVEMBRO DE 2011:	30
5.4. 20 ANOS DA LEI DAS ÁGUAS:	32
5.5. PRÊMIO COFEHIDRO 2010:	34
5.6. PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA/MG É VENCEDORA DO 10º PRÊMIO FURNAS OURO AZUL:	35
5.7. PROJETO DO PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE EXTREMA/MG GANHA PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS EM GESTÃO LOCAL DA CAIXA:	37
5.8. DIRETORIA DA AGB-DOCE ESTEVE NA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ	38
5.9. SOLICITAÇÃO DE DESEQUIPARAÇÃO DO CONSÓRCIO PCJ COMO AGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI	39
6. COMPROVAÇÃO DOS RESULTADOS:	41

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA:

1.1. Nome Completo:

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

1.2. Número do CNPJ:

11.513.961/0001-16.

1.3. Natureza Jurídica:

Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição.

1.4. Endereço/telefones:

AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ: Rua Alfredo Guedes, 1949 – Higienópolis – Piracicaba / SP – Brasil. CEP: 13416-901 - Edifício Racz Center – Sala 604 - Fones: (19) 3437-2100.

1.5. Endereço da página institucional na Internet:

www.agenciapcj.org.br

www.comitepcj.sp.gov.br

1.6. Normas de Criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada:

Norma de criação - estatuto social.

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), constituída em 05 de novembro de 2009, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição. A sede e foro da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ reside na cidade Piracicaba e tem área de atuação nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ) e com seu prazo de duração indeterminado.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, em sua Resolução nº 111 de 13 de Abril de 2010, como entidade delegatária de funções de Agência de Água das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, e em 2011, com a interveniência dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, firmou o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 com a Agência Nacional de Águas – ANA, nos termos da Lei Federal nº 10.881 de 06 de junho de 2004, visando o exercício das funções de competência de Agência de Água nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Ressalta-se que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, capacitados para tanto.

A estrutura organizacional é dividida em: Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. O regime jurídico do pessoal é o da legislação trabalhista (CLT) e a contratação de empregados, salvo para as funções de confiança definidas no Regulamento Interno, é precedida de concurso público, nos termos da Constituição Federal.

Tem, ainda, como princípio de atuação o seguimento das diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ, da mesma forma que a sua gestão apresenta a composição paritária tripartite entre o Estado, os Municípios e a Sociedade Civil, com direito a voz e voto de todos os seus membros.

É função da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ proporcionar o apoio financeiro aos planos, programas, serviços e obras aprovadas pelos COMITÊS PCJ, a serem executados nas Bacias PCJ; promover a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, de acordo com programa aprovado pelos COMITÊS PCJ; apoiar e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos; incentivar, na área de sua atuação, a articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais, com os municípios, com o setor produtivo e com a sociedade civil; e praticar, no campo dos recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ não distribui lucros, dividendos ou quaisquer outras vantagens a seus instituidores, mantenedores ou dirigentes e emprega toda a renda auferida no cumprimento das suas finalidades.

Os recursos destinados ao custeio de pessoal e das atividades desenvolvidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ são providos anualmente pela ANA, oriundos da cobrança federal pelo uso de recursos hídricos dos rios Atibaia, Camanducaia, Jaguari

e Piracicaba, conforme determinado no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e, também, até 10% das arrecadações pelo uso de recursos hídricos nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, provenientes da cobrança paulista.

Destacamos que a participação do Estado de São Paulo na AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi autorizada pelo art. 1º, da Lei nº 10.020, de 03/07/98, sendo dispensada qualquer outra formalidade legal para que ele integre a entidade.

1.7. Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão:

Estatuto Social: Constituição da Fundação da Agência das Bacias PCJ – 05 de Novembro de 2009 - <http://www.agenciapcj.org.br/novo/estatuto.html>

2. OBJETIVOS E METAS:

2.1. Identificação do Programa Governamental (ANA):

Programa: 1107 – Pró-bacias

Contrato (Contrato de Gestão): nº 003/ANA/2011.

2.2. Descrição do Programa:

O Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 celebrado entre a ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), com a interveniência dos Comitês PCJ em 27 de Janeiro de 2011, tem por objeto o alcance pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, das metas constantes no Programa de Trabalho, Anexo I, do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, no exercício das funções de Agência de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

O Programa de Trabalho contempla o detalhamento dos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, mensurados por meio de indicadores de desempenho.

A área de atuação da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ é a bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Jundiá e Capivari envolvendo os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, numa extensão territorial de 15.320 km². As Bacias PCJ abrangem áreas territoriais de 76 municípios, dos quais 62 possuem sede municipal dentro destas bacias hidrográficas. Destes, 58 estão no Estado de São Paulo e quatro em Minas Gerais.

3. INDICADORES DE DESEMPENHO:

3.1. Critérios de Avaliação:

3.1.1. Disponibilização de Informações:

Esse indicador tem como objetivo disponibilizar informações atualizadas dos Comitês PCJ, da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), nas Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ, assim como as médias de acessos mensais às páginas eletrônicas dos Comitês PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

3.1.2. Planejamento e Gestão:

Esse indicador tem por finalidade a publicação anual de dados técnicos sobre a situação da gestão dos recursos hídricos das bacias PCJ em relação aos aspectos quantitativos, qualitativos, cadastro, cobrança, outorgas, dentre outros, com a verificação dos indicadores construídos para o acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos e com subsídios para os órgãos gestores.

Este indicador incluía também o relatório com subsídios para as ações de regulação nas bacias aos órgãos gestores quanto ao cadastramento de usuários, à fiscalização dos usos, operação dos reservatórios, arrecadação e repasse dos valores da cobrança, porém, em 2011, conforme Ofício nº 01/2011/CACG-ANA não será exigido o citado relatório.

3.1.3. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos:

O indicador acima tem como objetivo desenvolver metas progressivas visando maior eficiência na aplicação do valor repassado pela ANA à AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e proporcionar o aumento da aplicação de recursos externos em ações voltadas para a melhoria dos recursos hídricos. Esse indicador visa ainda alocar os recursos financeiros com a finalidade de atingir as metas progressivas, objetivando a eficiência administrativa da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ na execução das ações previstas no Plano de Aplicação.

3.1.4. Gerenciamento Interno:

Com esse indicador busca-se verificar o atendimento da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, nas datas previstas anualmente: da apresentação do relatório de gestão, da prestação de contas, do registro do extrato do demonstrativo financeiro do D.O.U., do encaminhamento da previsão de receitas para o ano seguinte sobre a aprovação do termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 pelos Comitês PCJ para o ano

subsequente.

3.1.5. Reconhecimento Social

No âmbito desse indicador procura-se avaliar, pelos Membros dos Comitês PCJ, as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ considerando os aspectos técnicos e administrativos e, ainda, aumentar a inserção do tema “Gestão de Recursos Hídricos” nos órgãos de imprensa ou na mídia das bacias PCJ, por meio de reportagens e artigos, espaços para divulgação de notícias e elaboração de programa (com ou sem parcerias) sobre temas específicos.

A cada INDICADOR estão associados seus correspondentes sub-indicadores e metas, conforme apresentado nas planilhas a seguir. Aos sub-indicadores estão associados pesos, estabelecidos como indicação de sua relevância para o indicador correspondente. As metas estão associadas aos sub-indicadores, de maneira que, em função do desempenho conseguido e pesos atribuídos a cada sub-indicador, obtém-se uma nota final para o desempenho dos respectivos indicadores. O que permite definir uma nota final para o desempenho da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em cada indicador.

Essa estrutura está demonstrada nas planilhas que constituem o Anexo I do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, e permite que seja estabelecido um conceito para o desempenho conseguido em cada indicador, dependendo da nota calculada, sendo considerado: Ótimo (nota maior ou igual a 9); Bom (nota entre 7 e 8,99); Regular (nota entre 5 e 6,99) e Insuficiente (nota menor que 5).

3.2. Análise dos resultados alcançados:

3.2.1. INDICADOR 1 – Disponibilização de informações:

3.2.1.1. Indicador 1A. – Conteúdo Disponibilizado e Atualizado:

Dados Institucionais dos Comitês PCJ

Os dados institucionais dos Comitês PCJ, o mecanismo de funcionamento das Câmaras Técnicas, características das bacias PCJ, Decreto de Criação, Regimento Interno e suas alterações, Composição, Deliberações, Moções e Atas de reuniões e outros materiais, encontram-se disponíveis para consulta no site www.comitepcj.sp.gov.br, opção Comitês PCJ.

Dados Institucionais da Fundação Agência das Bacias PCJ

Os dados institucionais da Fundação Agência das Bacias PCJ, tais como: resolução de delegação, estatuto e suas alterações, associados, estão disponíveis nos links a

seguir:

- Resolução de Delegação:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/CNRH_111_2010.pdf

- Estatuto: <http://www.agenciapcj.org.br/novo/estatuto.html>

Cadastro de Usuários

A relação de usuários cadastrados no CNARH em todos os domínios com: nome, coordenadas geográficas, usos, corpo d'água estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, no menu "Instrumentos de Gestão", sub-menu "Outorga e Cadastro".

- Pode, também, ser acessado pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/outorga-e-cadastro.html>

Cobrança e Arrecadação

Dados relacionados à cobrança e a arrecadação, no período de 2011, tais como: valores cobrados, arrecadados e transferidos para a entidade delegatária e, anualmente, para os rendimentos financeiros, estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, no menu "Instrumentos de Gestão", sub-menu "Cobrança pelo uso da água", as informações serão visualizadas da seguinte forma: por arrecadação acumulada, arrecadação efetiva por setor, arrecadação por Estado, arrecadação por Município e arrecadação por Usuário.

- Pode ser acessado pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/cobranca-pelo-uso-da-agua.html>

Aplicação de Recursos – Estudos e Projetos - Investimentos na Bacia

Estudos e projetos sobre a bacia, inclusive, o Plano de Recursos Hídricos em vigência. No ano de 2011 a previsão de recursos arrecadados com a cobrança federal, cobranças estaduais paulista e mineira nas bacias PCJ, somadas aos recursos do FEHIDRO para Investimento resultou num montante de R\$ 42.926.220,40.

Os empreendimentos indicados pelos Comitês PCJ, em 2011, podem ser consultados no site dos Comitês PCJ, através das Deliberações dos Comitês PCJ nº 104/2011, nº 111/2011, nº 117/2011, nº 119/2011, nº 124/2011, nº 125/2011 e nº 137/2011.

- As aplicações dos recursos podem ser acessadas pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/cobranca-pelo-uso-da-agua/46-aplicacao-de-recursos-empresendimentos-contemplados.html>

- Quanto ao Plano das Bacias PCJ, 2010 a 2020 poderá ser acessado pelo link

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/plano-de-bacias.html>

Sistema de Informações - Monitoramento Hidrometeorológico - Situação e Operação dos Reservatórios

O instrumento de gestão, Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos previsto na Legislação Federal, na Lei Nacional das Águas (nº 9.433/97), incorpora um sistema onde as informações sobre recursos hídricos são coletadas, tratadas, armazenadas e recuperadas para serem publicadas.

Atualmente as Bacias PCJ contam com um sistema de monitoramento online sobre dados de chuvas e vazão, que são gerados pela divisão de hidrologia/SAISP do DAEE CTH/FCTH, e também o monitoramento online da situação dos reservatórios do Sistema Cantareira.

As informações e os dados das estações de **monitoramento hidrometeorológico** com tipo, coordenadas geográficas, corpo d'água e operador, bem como o **boletim de monitoramento anual dos reservatórios das Bacias PCJ** podem ser obtidos no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ no menu "Instrumentos de gestão", submenu "Sistemas de Informações".

- Pode ser acessado pelos Links:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/sistema-de-informacoes.html>

Legislação de Recursos Hídricos

É possível encontrar no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, bem como no site dos COMITÊS PCJ toda a base legal que subsidia a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, além das Políticas Estaduais (São Paulo e Minas Gerais), Política Nacional de Recursos Hídricos, Deliberações, Decretos e Resoluções pertinentes sobre recursos hídricos, cobrança pelo uso de recursos hídricos, Comitês e gestão de recursos hídricos no âmbito das bacias PCJ.

- Todas as informações citadas podem ser encontradas nos links:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/legislacoes.html>

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Legislação >> Resumo Comitês PCJ

Contrato de Gestão

Por tempo determinado, através do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado em 24 de janeiro de 2011 com a Agência Nacional de Águas (ANA), a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, vem exercendo as funções de Agência de Água, previstas nos artigos Nº 41 e Nº 44 da Lei Federal nº 9.433/97, prestando apoio técnico, administrativo e financeiro para o bom funcionamento dos Comitês PCJ. A cada ano o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 recebe um termo aditivo com as metas a serem executadas e cumpridas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ naquele determinado período. O contrato prevê inicialmente que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ exerça as funções de Agência de Água como entidade delegatária pelo período de dez anos.

- O Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 pode ser acessado pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao.html#contrato-003-11>

3.2.1.2. Indicador 1B. – Consultas às Páginas Eletrônicas:

No ano de 2011, computaram-se os acessos mensais totais dos sites dos Comitês PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Com o auxílio do banco de dados de acesso ao site, foi possível ter acesso e visualizar a média de acessos mensais às páginas eletrônicas dos respectivos sites.

Lembramos que os acessos são computados uma vez, ou seja, se uma pessoa acessa o site dos Comitês PCJ ou da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ mais de uma vez ao dia, será computado somente um acesso.

Acessibilidade à Página

No ano de 2011, a administração e a atualização do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ continuaram realizados de forma conjunta com a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (DAEE-SP) e a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ para manutenção do site. As informações de acessibilidade podem ser obtidas através dos Links:

- Estatística de acessos ao site dos Comitês PCJ:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/estat-site-cbh-pcj_2011.pdf

- Estatística de acessos ao site da Fundação Agência das Bacias PCJ:

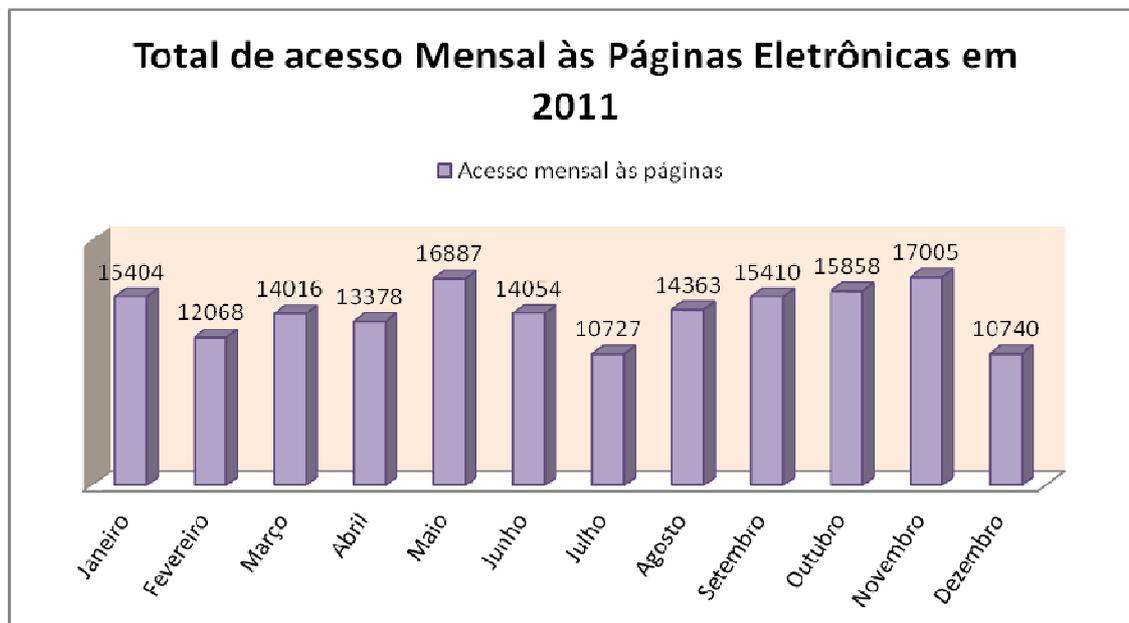
http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/estat-site-fundacao-pcj_2011.pdf

Média de Acessos Mensais às Páginas

Com auxílio do banco de dados de acesso ao site, foi possível visualizar e contabilizar a média mensal de acessos ao site das páginas dos Comitês PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Todas as informações podem ser acessadas no site ou pelo Link:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/resumo-sites_2011.pdf

Figura 01 – Acesso mensal às páginas eletrônicas – 2011:



Fonte: Banco de Dados da Agência de Água PCJ/ Comitês PCJ (2011).

3.3. Planejamento e Gestão:

3.3.1. INDICADOR 2 – Publicação e Relatório:

3.3.1.1. Indicador 2A.– Publicação sobre a situação das bacias PCJ

No tocante à questão da elaboração de relatórios descrevendo as condições dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ, cabe destacar que por iniciativa da Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo iniciou-se em 2007 um processo de implantação de alterações metodológicas para os Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos para todo o estado de São Paulo, de acordo com propostas do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH).

Além de criar um padrão para todas as Bacias Hidrográficas do território paulista, pretende-se ter produtos com maior comparabilidade. Foi proposta a adoção de uma metodologia de Avaliação Ambiental Integrada, com base na Matriz FPEIR (Força-Motriz, Pressão, Estado, Impactos e Resposta) e de um conjunto mínimo de indicadores. Na ocasião, a Coordenadoria inovou também ao coletar e disponibilizar por Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) os dados para parte dos indicadores propostos.

Para o Relatório de 2011 (ano base 2010) o mesmo processo foi adotado com ativa

participação da Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ e apoio da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. O documento foi analisado e aprovado pelos Comitês PCJ por meio de sua Deliberação nº 134/2011 e encontra-se publicado no site dos Comitês PCJ e da Agência PCJ

- Link do Relatório de Situação:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/2a-situacao-bacias-pcj.pdf>

Ainda assim, tendo em vista o atendimento das especificações do Indicador 2.A do Contrato de Gestão, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ elaborou levantamento acerca da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ e da Gestão dos Recursos Hídricos, visando a implementação futura de um sistema reunindo tais informações. A Publicação sobre a Situação das Bacias PCJ com os dados obtidos com o referido levantamento encontra-se disponibilizado na *internet* no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

- Os resultados, todas as informações e itens do indicador 2.A estão disponíveis e podem ser acessados pelo Link:

<http://www.agenciapcj.org.br/download/PublicacaoBaciasPCJ.pdf>

3.3.1.2. Indicador 2B. – Relatório com Subsídios para Ações de Regulação nas Bacias PCJ:

Conforme Ofício nº 01/2011/CACG-ANA, de 01 de junho de 2011, o Relatório com Sugestões para Ações de Regulação nas Bacias PCJ **não será exigido** para o exercício de 2011.

- Link do Ofício nº 01/2011/CACG-ANA:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/oficio-cacg-ana-1-2011.pdf>

3.4. Cobrança:

3.4.1. INDICADOR 3 – Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos:

3.4.1.1. Indicador 3.A – Valor desembolsado sobre o valor transferido pela ANA (%):

A partir do ano de 2011, a Fundação Agência das Bacias PCJ assumiu as funções de Agência de Água para as Bacias PCJ, desse modo, a tabela 2 apresenta todos os valores necessários para a verificação do percentual efetivamente desembolsado até 31/12/2011, de forma cumulativa

Ressaltamos que o percentual apurado foi de 48,41% de recursos desembolsados. Porém, este percentual refere-se à somatória de 33,16 % referente o ano 2010, para a qual o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí

exercia as funções de Agência de Águas PCJ, com 15,25 % referente o ano 2011, sendo neste a função de Agência de Águas PCJ exercida pela Fundação Agência das Bacias PCJ.

Ressaltamos que as metas estabelecidas para este indicador estão sendo revistas na proposta de aditamento do Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas – ANA, para o ano de 2012. Informamos que esta revisão foi aprovada pelos Comitês PCJ e encontra-se em tramitação no jurídico com a ANA.

Os recursos desembolsados, em 2011, somente foram possível, devido a um árduo trabalho da Equipe Técnica da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, principalmente, em função de um trabalho quase diário junto às Gerencias Regionais de Desenvolvimento Urbano e Rural (GIDUR'S) da Caixa Econômica Federal e dos Tomadores, uma vez que a Caixa ainda utiliza para os nossos contratos as mesmas práticas burocráticas que utiliza para os Contratos com Recursos do Orçamento Geral da União (OGU), transferência voluntária.

Cabe lembrar que, de forma inédita, para a Caixa Econômica Federal, os contratos de repasse das Bacias PCJ, trazem novas cláusulas de rompimento do contrato para o caso do não cumprimento de prazos para a assinatura do contrato e início da licitação dos serviços. Destacamos, ainda, a incorporação dos valores obtidos por rendimentos financeiros no período.

As tabelas 1 e 2 exibem os valores referentes a arrecadação, a aplicação e o desembolso do período contratual.

Tabela 01:

Valores de arrecadação e aplicação referente ao ano de 2010 – Consórcio PCJ – Agência de Água PCJ:

ANO	ARRECADADAÇÃO				APLICAÇÃO					DESEMBOLSO
	COBRANÇA	RENDIMENTOS	SALDO ANT	TOTAL	INVESTIMENTOS	LICITADO	GESTÃO	CUSTEIO	TOTAL	
2006	10.166.779,37	405.414,95	197.830,33	10.770.024,65	9.263.953,95	8.969.728,31	859.246,94	737.566,94	10.860.767,83	9.995.241,42
2007	13.599.321,85	1.322.359,22	-90.743,18	14.830.937,89	10.644.884,68	7.319.386,58	2.181.977,00	1.086.217,32	13.913.079,00	6.426.957,29
2008	17.038.837,82	2.585.485,71	917.858,89	20.542.182,42	13.558.429,93	11.008.837,89	618.985,91	1.483.170,92	15.660.586,76	5.902.063,90
2009	16.955.757,89	3.063.268,68	4.881.595,66	24.900.622,23	18.236.530,97	17.499.057,12	1.681.469,76	1.531.795,23	21.449.795,96	4.099.855,55
2010	17.556.783,42	4.024.991,40	3.450.826,27	28.688.070,32	23.640.474,86	23.640.474,86	1.325.088,56	1.617.049,73	26.582.613,15	2.334.653,31
TOTAL	75.317.480,35	11.401.519,96	0,00	86.719.000,31	75.344.274,39	68.437.484,76	6.666.768,17	6.455.800,14	88.466.842,70	28.758.771,47
%	86,85	13,15	0,00	100,00	85,17	77,36	7,54	7,30	100,00	33,16

OBS: Situação em 26/01/2011

Tabela 02:

Valores de arrecadação e aplicação referente ao ano de 2011 – Fundação Agência das Bacias PCJ – Agência de Água PCJ:

ANO	ARRECADADAÇÃO					APLICAÇÃO					DESEMBOLSO
	COBRANÇA	RENDIMENTOS	SALDO ANT	TOTAL	INVESTIMENTOS	LICITADO	GESTÃO	CUSTEIO	TOTAL		
2010	56.901.712,86		1.495.319,82	58.397.032,48	51.188.550,12	49.605.638,49	1.178.949,05	0,00	50.784.587,54	0,00	
2011	16.523.888,84		7.612.444,94	24.136.433,78	18.271.170,97	18.271.170,97	2.767.621,99	1.328.277,15	22.367.070,11	11.814.946,86	
2012		4.069.349,03	1.769.363,87	5.838.712,70							
TOTAL	73.425.701,70	4.069.349,03	0,00	77.495.050,73	69.459.721,09	67.876.809,46	3.946.571,04	1.328.277,15	73.151.657,65	11.814.946,86	
%	94,75	5,25	0,00	100,00	89,63	87,59	5,09	1,71	94,40	15,25	

OBS: Situação em 31/12/2011

- Outras informações estão disponíveis e podem ser acessadas através do Link:
<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3a-arrecad-e-aplic-2011.pdf>

3.4.1.2. Indicador 3B. – Recursos das contrapartidas alavancados com recursos da cobrança (%):

As regras para hierarquização dos projetos estimulam a aplicação de recursos próprios dos tomadores (recursos adicionais) que foram aqui registrados como contrapartida oferecida.

Através da assinatura dos contratos referentes ao período de 2011, foi obtido em recursos adicionais um total de **R\$ 9.226.159,69**, conforme podemos observar na tabela a seguir, o que corresponde a exatamente **32,95%** do valor total dos projetos contratados em 2011 e **36,42%** do valor total de ações estruturais.

Tabela 03: Relação de empreendimentos – Cobrança Federal

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011						
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	COBRANÇA FEDERAL	CONTRA PARTIDA	TOTAL	% CONTR.
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias PCJ	Projeto regional voltado ao planejamento e gestão dos recursos hídricos - Macromedição no combate às perdas hídricas	R\$ 490.000,00	R\$ 0,00	R\$ 490.000,00	0,00%
2	Prefeitura Municipal de Iracemápolis	Execução do tronco coletor de esgoto - Residencial Flórida ao interceptor Jd. Luiz Ometto - Iracemápolis - SP	R\$ 526.236,95	R\$ 58.470,77	R\$ 584.707,72	10,00%
3	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Elaboração de Projeto Básico do sistema de afastamento e tratamento de esgoto no bairro isolado do "Juncal", no município de Sapucaí-Mirim/MG	R\$ 145.165,35	R\$ 4.489,65	R\$ 149.655,00	3,00%
4	SABESP	Elaboração do projeto executivo do coletor-tronco Caxambú no município de Itupeva	R\$ 319.123,95	R\$ 35.458,22	R\$ 354.582,17	10,00%

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011						
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	COBRANÇA FEDERAL	CONTRA PARTIDA	TOTAL	% CONTR.
5	SABESP	Prestação de serviços de engenharia consultiva para revisão do projeto executivo da Estação de Tratamento de Esgotos de Pinhalzinho, ETE PINHALZINHO, e redimensionamento da EEE, para o atendimento aos requisitos legais e ambientais – município de Pinhalzinho – Unidade de Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana – Diretoria Metropolitana – M.	R\$ 285.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 300.000,00	5,00%
6	SABESP	Prestação de serviços de engenharia consultiva para elaboração do projeto executivo de ampliação e adequação da Estação de Tratamento de Esgoto de Nazaré Paulista, ETE NAZARÉ – Unidade de Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana – Diretoria Metropolitana – M.	R\$ 270.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 300.000,00	10,00%
7	CODEN – Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	Troca de rede de água tratada do Jd. Santa Rosa e Bela Vista no município de Nova Odessa	R\$ 3.536.771,56	R\$ 884.192,89	R\$ 4.420.964,45	20,00%
8	SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A	Setorização com implantação de válvula redutora e monitoramento de vazão com substituição de redes e ramais no Setor Jd. das Oliveiras	R\$ 2.247.666,39	R\$ 2.247.666,39	R\$ 4.495.332,78	50,00%
9	DAE Jundiaí	Aquisição de equipamento e realização de obras para implantação de setorização de redes de distribuição de água, zonas de pressão, distritos pitométricos, aquisição e instalação de macro medidores e VRP's, no município de Jundiaí, bacia do Rio	R\$ 1.182.429,96	R\$ 1.773.644,94	R\$ 2.956.074,90	60,00%

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011						
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	COBRANÇA FEDERAL	CONTRA PARTIDA	TOTAL	% CONTR.
		Jundiaí – GRUPOS 05 E 06				
10	Prefeitura Municipal de Extrema	Conservador das águas – Pagamento por Serviços Ambientais na sub-bacia do Rio Jaguari, de acordo com a Lei Municipal n.º 2100/2005	R\$ 1.195.000,00	R\$ 717.000,00	R\$ 1.912.000,00	37,50%
11	SEMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba	Substituição de redes de distribuição de água do Setor Elevado Vila Rezende	R\$ 2.460.092,76	R\$ 1.640.061,84	R\$ 4.100.154,60	40,00%
12	Prefeitura Municipal de Iracemápolis	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Iracemápolis – SP	R\$ 100.745,05	R\$ 11.193,90	R\$ 111.938,95	10,00%
13	SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo	Execução do Projeto de Macromedição com Fornecimento, Instalação, Aferição e Calibração de Medidores de Vazão, Sensores de Nível, Estações Pitométricas e Transmissão de dados com Telemetria e Automação	R\$ 838.653,50	R\$ 279.552,00	R\$ 1.118.205,50	25,00%
14	SABESP	Modelagem hidrodinâmica e sistema de diagnóstico de florescimentos de algas para as represas Jaguari/Jacareí	R\$ 1.500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 2.000.000,00	25,00%
15	Prefeitura Municipal de Piracaia	Plano Municipal de Saneamento do município de Piracaia	R\$ 106.366,22	R\$ 6.789,33	R\$ 113.155,55	6,00%
16	Fundação Agência das Bacias PCJ	Assistência ao Comitê PJ	R\$ 500.000,00	-	R\$ 500.000,00	0,00%

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011						
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	COBRANÇA FEDERAL	CONTRA PARTIDA	TOTAL	% CONTR.
17	SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo	Construção da Estação Elevatória de Esgotos 3 no condomínio Marambaia	R\$ 3.067.919,28	R\$ 1.022.639,76	R\$ 4.090.559,04	25,00%
TOTAL GERAL			R\$ 18.771.170,97	R\$ 9.226.159,69	R\$ 27.997.330,66	32,95%
Total das Ações Estruturais			R\$ 15.054.770,40	R\$ 8.623.228,59	R\$ 23.677.998,99	36,42%

Esta tabela também poderá ser acessada na página da Agência das Bacias PCJ através do link abaixo:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3b-empreendimentos-2011.pdf>

3.4.1.3. Indicador 3C. – Agilidade na contratação das ações previstas no plano de aplicação:

Em 2011 foram assinados 16 contratos de repasse entre a Caixa Econômica Federal e os Tomadores de recursos. Os empreendimentos foram hierarquizados mediante **Deliberações dos Comitês PCJ nº 104/11, de 31/03/11, 119/11, de 29/07/2011 e 137/11, de 16/12/2011, conforme segue:**

- **Deliberação nº 104/11, de 31/03/11** - que “*Hierarquiza e indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, localizados nas bacias PCJ – Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2011, e dá outras providências*”.
- **Deliberação “Ad Referendum” dos Comitês PCJ nº 119/11, de 29/07/2011** - que cancela a indicação de empreendimentos e indica empreendimentos suplentes da Deliberação dos Comitês PCJ nº 117/11 para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas bacias PCJ – Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2011, e dá outras providências.
- **Deliberação dos Comitês PCJ nº 137/11, de 16/12/2011** - altera a Deliberação dos Comitês PCJ nº 99/2010 que aprova a aplicação, como demanda induzida, de recursos da “Cobrança Federal PCJ”, para atividades na área do CBH-PJ, tendo como tomador o Consórcio PCJ – exercício 2011.

Estes contratos teriam, de acordo com o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, o prazo de 90 dias após a hierarquização e indicação dos empreendimentos pelos

Comitês PCJ para serem assinados.

Dessa forma do total de 16 (dezesseis) contratos celebrados, foram devidamente assinados 15 (quinze) destes, num período não superior a 90 dias, implicando em uma eficiência administrativa da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ de 93,75 % na contratação das ações previstas no plano de aplicação de 2011.

Abaixo são apresentados os empreendimentos contratados no período de 2011 e os contratos assinados podem ser visualizados no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ através dos Links:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.606-48_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.104-79_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/359.190-85_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.861-47_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.863-66_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.358-40_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/359.191-99_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.105-84_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.103-65_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/356.862-52_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357342-74_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.342-74_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.142-56_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.141-41_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.223-33_2011.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/cef/357.143-60_2011.pdf

Tabela 04: Relação de Empreendimentos – cobrança Federal/ 2011

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011			
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	DATA DE ASSINATURAS DOS CONTRATOS
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias PCJ	Projeto regional voltado ao planejamento e gestão dos recursos hídricos - Macromedição no combate às perdas hídricas	28/06/2011
2	Prefeitura Municipal de Iracemópolis	Execução do tronco coletor de esgoto - Residencial Flórida ao interceptor Jd. Luiz Ometto - Iracemópolis - SP	28/06/2011
3	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Elaboração de Projeto Básico do sistema de afastamento e tratamento de esgoto no bairro isolado do "Juncal", no município de Sapucaí-Mirim/MG	29/06/2011
4	SABESP	Elaboração do projeto executivo do coletor tronco Caxambú no município de Itupeva	29/06/2011
5	SABESP	Prestação de serviços de engenharia consultiva para revisão do projeto executivo da Estação de Tratamento de Esgotos de Pinhalzinho, ETE PINHALZINHO, e redimensionamento da EEE, para o atendimento aos requisitos legais e ambientais – município de Pinhalzinho – Unidade de Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana – Diretoria Metropolitana – M.	29/06/2011
6	SABESP	Prestação de serviços de engenharia consultiva para elaboração do projeto executivo de ampliação e adequação da Estação de Tratamento de Esgoto de Nazaré Paulista, ETE NAZARÉ – Unidade de Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana – Diretoria Metropolitana – M.	29/06/2011
7	CODEN – Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	Troca de rede de água tratada do Jd. Santa Rosa e Bela Vista no município de Nova Odessa	22/06/2011
8	SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A	Setorização com implantação de válvula redutora e monitoramento de vazão com substituição de redes e ramais no Setor Jd. das Oliveiras	27/06/2011
9	DAE Jundiá	Aquisição de equipamento e realização de obras para implantação de setorização de redes de distribuição de água, zonas de pressão, distritos pitométricos, aquisição e instalação de macro medidores e VRP's, no município de Jundiá, bacia do Rio Jundiá – GRUPOS 05 E 06	28/06/2011
10	Prefeitura Municipal de Extrema	Conservador das águas – Pagamento por Serviços Ambientais na sub-bacia do Rio Jaguari, de acordo com a Lei Municipal n.º 2100/2005	29/06/2011
11	SEMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba	Substituição de redes de distribuição de água do Setor Elevado Vila Rezende	24/06/2011

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - COBRANÇA FEDERAL/2011			
Nº	TOMADOR	EMPREENDIMENTO	DATA DE ASSINATURAS DOS CONTRATOS
12	Prefeitura Municipal de Iracemápolis	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Iracemápolis – SP	28/06/2011
13	SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo	Execução do Projeto de Macromedição com Fornecimento, Instalação, Aferição e Calibração de Medidores de Vazão, Sensores de Nível, Estações Pitométricas e Transmissão de dados com Telemetria e Automação	22/06/2011
14	SABESP	Modelagem hidrodinâmica e sistema de diagnóstico de florescimentos de algas para as represas Jaguari/Jacareí	29/06/2011
15	Prefeitura Municipal de Piracaia	Plano Municipal de Saneamento do município de Piracaia	28/06/2011
16	Fundação Agência das Bacias PCJ	Assistência ao Comitê PJ	Não haverá contrato em função do tomador ser a própria Fundação Agência das Bacias PCJ.
17	SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo	Construção da Estação Elevatória de Esgotos 3 no condomínio Marambaia	Deliberado Pelos Comitês PCJ em julho de 2011. Contrato não assinado.

Esta tabela também poderá ser acessada na página da Agência das Bacias PCJ através do link abaixo:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3c-empreendimentos-2011.pdf>

3.5. Gerenciamento Interno:

3.5.1. INDICADOR 4 – Gerenciamento Interno:

3.5.1.1. Indicador 4A. – Pontualidade quanto ao cumprimento das obrigações contratuais:

Com esse indicador busca-se verificar o atendimento da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, nas datas previstas anualmente: da apresentação do relatório de gestão, da prestação de contas, do registro do extrato do demonstrativo financeiro do D.O.U., do encaminhamento da previsão de receitas para o ano seguinte sobre a aprovação do termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 pelos Comitês PCJ para o ano subsequente.

Todos esses itens foram cumpridos nas datas limites estipuladas, portanto, essa meta foi cumprida. As informações e os documentos comprobatórios podem ser obtidos no

site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ no menu “RELATÓRIOS”, submenu “Relatório de Gestão”, “Indicador 4” ou pode ser acessado pelo Links:

- Ofício Agência PCJ nº 008/2011 – Encaminhamento do relatório anual de execução do contrato de gestão do exercício anterior – até 30 de março (protocolo Agência Nacional de Águas 28/01/2011, 15h49min);

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/1-oficio_pcj_008-2011.pdf

- Ofício Agência PCJ nº 015/2011 – Encaminhamento da prestação de contas anual dos gastos e receitas do exercício anterior – até 15 de fevereiro (protocolo Agência Nacional de Águas 14/02/2011, 06h44min);

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/2-oficio_pcj_015-2011.pdf

- Publicação do extrato da execução físico-financeira no D.O.U. – até 31 de março;

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3-DOU_25-03-2011_1.pdf

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3-DOU_25-03-2011_2.pdf

- Ofício Agência PCJ nº 121/2011 – Previsão de receita global para o ano subsequente – até 31 de março (protocolo Agência Nacional de Águas 06/05/2011, 08h41min);

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/4-oficio_pcj_121-2011.pdf

- Ofício Agência PCJ nº 428/2011– Encaminhamento da aprovação pelos Comitês PCJ do termo aditivo ao Contrato de Gestão para alocação de recursos para o ano subsequente – até 31 de março (protocolo Agência Nacional de Águas 26/12/2011, 11h38min.);

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/oficio-pcj_428-2011.pdf

3.6. Reconhecimento Social:

3.6.1. INDICADOR 5 – Reconhecimento Social:

3.6.1.1. Indicador 5A. – Avaliação dos membros dos Comitês PCJ:

De acordo com o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 é necessário avaliar as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ durante o período. Para tal foi utilizada a metodologia de inferir por amostragem a satisfação ao Sistema de Gestão pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, conforme exposto no endereço:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/metodologia-pcj-2011.pdf>

Foram distribuídos, no dia 23 de setembro de 2011, durante a 6ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ Federal e CBH-PJ), na cidade de Camanducaia (MG), formulários de pesquisa, abrangendo tanto membros titulares e suplentes do Plenário dos Comitês PCJ, como membros titulares e suplentes em Câmaras Técnicas e convidados. Porém, para efeito de cumprimento das metas do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, foram considerados apenas os formulários preenchidos por membros titulares ou suplentes dos Comitês PCJ, totalizando 50 (cinquenta) questionários respondidos.

Para tratamento dos dados foi utilizado banco de dados em sistema Microsoft Excel no qual foram internalizados e processados os dados referentes à pesquisa. Através do processamento dos dados da pesquisa foi possível obter a nota final de 9,28 junto aos membros dos Comitês PCJ.

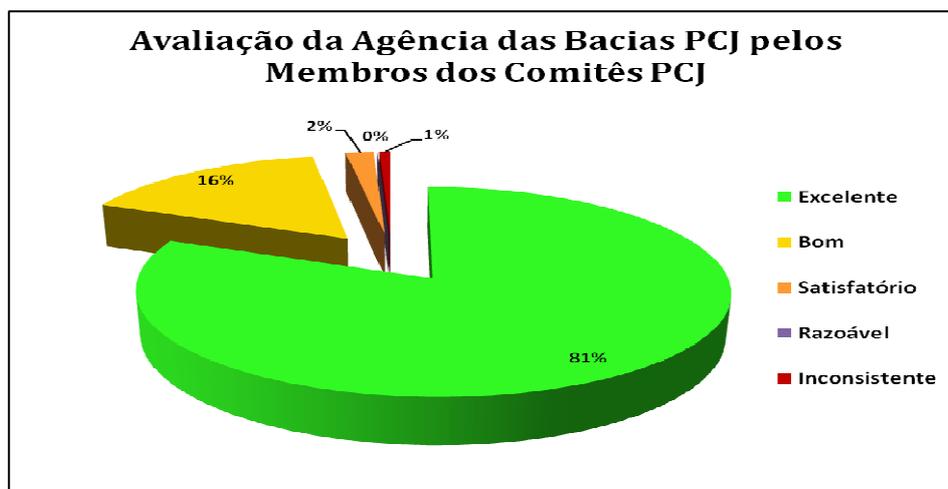
As informações sobre a Pesquisa com os membros dos Comitês PCJ e os Resultados da mesma podem ser obtidos no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ através do link abaixo:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/pesquisa-pcj-2011.pdf>

A compilação dos dados da pesquisa aplicada, resultado final, poderá ser acessada através do link abaixo no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/result-pesq-pcj-2011.pdf>

Figura 02 – Gráfico com resumo da Pesquisa Aplicada



Fonte: Fundação Agência das Bacias PCJ (2011)

3.7. Comunicação Social:

Durante o ano de 2011, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ produziu o Informativo Impresso Comitês das Águas, o Informativo Eletrônico (cujo nome em inglês foi adotado no país, a saber: *Newsletter*), produção de *press release* (material com informações relevantes enviados para a imprensa e a *clippagem* diária de jornais impressos e outros veículos, ou seja, a reunião de informações veiculadas em jornais, emissoras de televisão e rádios de Piracicaba, da região das Bacias PCJ e da região Sudeste.

Desse modo, apontamos os seguintes resultados coletados até o dia 31 de dezembro de 2011:

- a) Produção de 03 Informativos Impressos – Jan/Abr; Maio/Ago e Set/Dez.;
- b) Produção de 12 *Newsletters* - Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. Sendo que durante os doze meses foram disponibilizadas informações no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ: www.agenciapcj.org.br → Últimas Notícias. Durante os doze meses foi disponibilizado o seguinte número de matérias: janeiro (00); fevereiro (08); março (07); abril (04); maio (03); junho (09); julho (04); agosto (05); setembro (03); outubro (01); novembro (01) e dezembro (05);
- c) *Press releases* – Durante o ano de 2011, mensalmente foram produzidos *press release* para a imprensa. Sendo que a veiculação de tais informações é realizada através do site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Os textos são da competência da Assessoria de Divulgação Institucional da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ que disponibiliza tais informações no site, encarregando-se ainda de pulverizar as mesmas informações nos veículos de comunicação. Mensalmente são produzidos em média de cinco *press releases*, totalizando em um ano cerca de 60 textos no formato eletrônico.
- d) Produção e Edição de Notícias (mediante envio de *press releases* e captação das informações pela mídia no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ). Durante o ano de 2011 foi executada a *clipagem* de matérias divulgadas (arquivo de matérias veiculadas nos meios de comunicação). Assim, durante os doze meses de 2011 apontamos que as notícias captadas nos jornais impressos de Piracicaba e região foram recortadas a fim de que o conteúdo das mesmas fosse avaliado. No final de cada mês foi produzido um relatório para resumir o conteúdo de cada matéria a fim de garantir a qualidade da informação disponibilizada pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. Durante os doze meses a clipagem captou a seguinte quantidade de matérias nos jornais de Piracicaba e região: janeiro (62); fevereiro (02); março (62); abril (41); maio (14); junho (30);

julho (24); agosto (13); setembro (23); outubro (37); novembro (32) e dezembro (21). Além disso, detectamos em meios diversos a veiculação de notícias sobre as Bacias PCJ – tanto em sites variados como em matérias de TV foram captadas vinte e cinco matérias sobre as Bacias PCJ. Totalizando, assim, uma somatória de 361 *clipagens*.

3.8. Justificativas

As justificativas para os casos de não atendimento da meta estão descritas nos respectivos itens específicos anteriores.

4. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

Não foram registradas disfunções durante o processo.

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES

5.1. Projeto Capacitação em Captação de Recursos 2011 - Oficina Preparatória

Os recursos financeiros investidos pelos Comitês PCJ são provenientes de cinco fontes: Fundo Estadual dos Recursos Hídricos de São Paulo (FEHIDRO), Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – (FHIDRO), Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio da União, Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de São Paulo e a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.

Para este ano foram alterados os critérios para hierarquização, tomando como base o Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, sendo melhor pontuados os empreendimentos localizados em regiões críticas em termos de qualidade e/ou quantidade de água. Outro incremento foi também o estabelecimento de pontuações diferenciadas para os Planos Municipais de Saneamento Básico, com o objetivo de incentivar os municípios a receberem recursos para esse fim.

É importante destacar que a Agência das Bacias PCJ também disponibilizou Termos de Referência padrão para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

A Agência das Bacias PCJ, em atendimento à solicitação dos Comitês PCJ, e com o apoio de instituições voltadas a gestão, proteção e conservação dos recursos hídricos e meio ambiente, realizou em 2011 a “Oficina Preparatória FEHIDRO/Cobranças PCJ”, realizada em duas etapas.

A Oficina Preparatória tem como objetivo capacitar os agentes do serviço de saneamento, prefeituras municipais, universidades, ONGs e demais profissionais da área de recursos hídricos, meio ambiente e saneamento, na orientação e compreensão das normas, regras e critérios estabelecidos, no processo de distribuição dos recursos financeiros das Cobranças PCJ, FEHIDRO e FHIDRO.

Na primeira etapa foram realizadas duas aplicações. A primeira aplicação aconteceu no dia 16 de agosto no Instituto Agrônomo de Campinas – IAC em Campinas/SP. A segunda aplicação ocorreu no dia 17 de agosto no Instituto Estadual de Florestas – IEF na cidade de Camanducaia/MG, envolvendo técnicas de elaboração dos projetos, procedimentos para prestação de contas e auditorias, apresentação e esclarecimentos sobre o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO e os procedimentos da Caixa Econômica Federal – CEF (Agente Técnico Financeiro da Cobrança “Federal” PCJ), metas e programas de duração continuada (PDC’s) do

Plano de Bacias PCJ, além de debates e plantão de esclarecimentos de dúvidas.

No dia 04 de outubro foi realizada no CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral de Campinas a segunda etapa da Oficina Preparatória, sendo que o objetivo principal da etapa foi apresentar a Deliberação dos Comitês PCJ nº 129/11, de 23/09/2011, que define cronograma e regras para a pontuação e hierarquização de empreendimentos, os pré-requisitos para a pré-qualificação, a documentação exigida para a inscrição no processo e o Manual Orientativo para Hierarquização de Empreendimentos da Agência das Bacias PCJ.

Estiveram presentes em todas as fases do curso o total de 320 pessoas, apresentando um alto índice de participação e interesse.

5.2. Processo de Seleção de Empreendimento FEHIDRO e Cobranças PCJ:

Pré-Inscrição - O período de inscrição dos empreendimentos para pré-qualificação foi de 24 a 26/10/2011, onde a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ participou ativamente junto com a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ na orientação aos candidatos a tomadores e na preparação dos documentos a serem entregues pelos mesmos. Foram inscritos, para pré-qualificação, 82 empreendimentos.

Avaliação dos Empreendimentos - A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em parceria com a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, no período de 27/10/2011 a 11/11/2011, realizou a avaliação dos empreendimentos de acordo com as exigências e normas do Manual de Procedimentos Operacionais - MPO do FEHIDRO e da Deliberação dos Comitês PCJ nº 129/2011:

(<http://www.comitepcj.sp.gov.br/download/DelibComitesPCJ129-11.pdf>).

Além da análise da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ / SE Comitês PCJ, as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e os Órgãos Licenciadores do Estado também participaram do processo de análise dos empreendimentos, verificando o enquadramento do objeto nas Ações específicas de Curto Prazo, estabelecidas pelo Plano das Bacias PCJ 2010-2020 com Proposta de Programa para Efetivação de Enquadramento dos corpos d'água até 2035 e a necessidade de licenciamento ambiental, para o caso de obras e serviços.

O resultado da primeira fase, para os empreendimentos de demanda espontânea, já se encontra divulgado no site dos Comitês PCJ e pode ser consultado através do Link: http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/fehidro/DEMANDA_ESPONTANEA_2012.pdf

5.3. CBH/Paulista completou 18 anos em novembro de 2011

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - CBH-PCJ - Comitê Paulista – comemorou, em 18 de novembro de 2011, os 18 anos da sua instalação.

Criado e instalado segundo a Lei Estadual Paulista nº 7.663/91 (CBH-PCJ), o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, é chamado de Comitê Paulista, pois na área das Bacias PCJ também estão instalados os comitês PCJ FEDERAL (de mesmo nome), criado e instalado segundo a Lei Federal nº 9.433/97, cujas atividades estão relacionadas aos recursos hídricos de domínio da União e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (Comitê Mineiro), instalado segundo a Lei Mineira nº 13.199/99, cujas atribuições concentram-se nos recursos hídricos de domínio do estado de Minas Gerais, sendo estes os formadores do Rio Piracicaba. Após a realização da reunião conjunta destes três comitês, em 27/06/2008, o CBH-PCJ (paulista), o PCJ FEDERAL e o CBH-PJ (mineiro) passaram a ser chamados de Comitês PCJ.

O CBH-PCJ tem sua atuação na gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ visando contribuir para que a qualidade e quantidade das águas dos corpos hídricos em sua área de atuação sejam suficientes e adequados para os diversos usos, através de um trabalho com a participação da sociedade através das instâncias chamadas Câmaras Técnicas e outros grupos de trabalho.

Para comemorar a data, a Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) realizou o Seminário “Modelagem Hidrológica para a Gestão das Bacias PCJ”, no dia 18/11/11, com início às 9h00, em Piracicaba-SP.

A abertura do Seminário foi realizada pelo Secretário-executivo, Luiz Roberto Moretti, além da presença do Coordenador da Câmara Técnica de Integração e Difusão, Eduardo Vasconcelos, os quais fizeram uma abordagem sobre a importância dos 18 anos de trabalho do CBH-PCJ para as Bacias PCJ.

Tabela 05: Programação

Horários	Atividades	
09h00	Recepção e retirada de material	
09h30	Mesa de abertura: Comemoração dos 18 anos do CBH-PCJ	Diretoria do CBH-PCJ: <i>Barjas Negri – Presidente</i> <i>Eduardo Paschoalotti – Vice-presidente</i> <i>Luiz Roberto Moretti – Secretário-executivo</i> Coordenador da CT-ID <i>Eduardo Vasconcelos</i>
Mesa Redonda 1: Desenvolvimento e uso de sistemas para o planejamento das Bacias PCJ		
10h00	Modelagem: conceitos e aplicações	<i>Eng.º Eduardo Mário Mendiondo (EESC/USP)</i>
10h30	Modelo e o Sistema de Suporte à Decisão para Análise Quantitativa e Qualitativa de Corpos d'água das Bacias PCJ (SSD-PCJq)	<i>Eng.º Rubem La Laina Porto (EP/USP – LabSid – FCTH)</i>
11h10	Aplicação da modelagem na elaboração do Plano	<i>Eng.ª Adriana Isenburg</i>

das Bacias PCJ 2010-2020		(Agência das Bacias PCJ)
11h40	Esclarecimentos e Debate	
12-14h00	Almoço	
Mesa Redonda 2: Experiências e perspectivas em modelagem de recursos hídricos		
14h00	Sistema de diagnóstico e prognóstico de florescimentos algais em reservatórios através de modelagem tridimensional	Eng.º Angelo Augusto Saggio (UFSCar)
14h30	AlocServer - Sistema de planejamento e gestão de recursos hídricos (Instrumentos: enquadramento, outorga e cobrança) e bacias hidrográficas	Eng.ª Roberta Baptista Rodrigues (RB Recursos Hídricos)
15h00	Modelagem hidrológica florestal	Eng.º Agr. Rafael Mingoti (ESALQ/USP)
15h30	Monitoramento e modelagem para alerta de cheias nas Bacias PCJ	Eng.º Flávio Conde (FCTH) e Eng.º Arisvaldo Mello (EP/USP)
16h00	Esclarecimentos e Debate	
16h20	Encerramento	

ORGANIZAÇÃO:

- Comitês PCJ
- Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID)

Para outras informações, acesse: <http://www.comitepcj.sp.gov.br/Splash.php>.

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/noticias/111-cbh-paulista-completa-18-anos-em-novembro.html>

5.4. 20 Anos da Lei das Águas:



Em 2011, a Lei nº 7.663/91, conhecida como Lei das Águas, que estabelece as normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), comemora 20 anos da sua criação.

Para celebrar esses 20 anos, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) criou um grupo de trabalho, que se reúne desde o mês de maio, com a função de organizar e divulgar as comemorações.

Foi criado um logotipo comemorativo para os 20 anos e foi realizado um seminário nos dias 21, 22 e 23 de novembro para a discussão dos avanços e desafios na Gestão de Recursos Hídricos no Estado e uma Festa de Comemoração dos 20 anos.

Eventualmente serão feitas publicações como a reedição da Lei 7.663/91, um cartão postal e uma publicação com o histórico do SIGRH. Está em discussão a criação de um selo comemorativo dos Correios e outras propostas de divulgação das comemorações na mídia.

No dia 21 de julho durante a Reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos ocorreu o Lançamento das Comemorações aos 20 Anos da Lei das Águas Paulista (7.663/91) e cerimônia de lançamento do carimbo comemorativo aos 20 Anos.

Segundo Edson Giriboni, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de São Paulo, as diretrizes para modernização da política de recursos hídricos do Estado de São Paulo constam da Constituição Paulista de 1989 (artigos 205 a 213), cujas linhas principais, mediante exemplar trabalho de difusão desenvolvido à época pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), serviram de inspiração para a maioria das constituições dos demais Estados.

Na sequência, em experiência inédita, envolvendo mais de 400 técnicos de mais de uma dezena de Secretarias de Estado, foi desenvolvido o primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos e proposto anteprojeto que depois resultou na Lei nº 7663, promulgada em 30 de dezembro de 1991, estabelecendo a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH.

Em 2011, após duas décadas de atividades sobre a égide da Lei nº 7663/91, é relevante que:

- O Conselho Estadual de Recursos Hídricos cumpre seu papel desde sua instalação;
- São Paulo é o único Estado brasileiro com todo território coberto pela atuação efetiva de seus 21 Comitês de Bacias, instalados de 1991 a 1997;
- Os instrumentos da política, como os Planos de Recursos Hídricos (Estadual e por Bacias Hidrográficas); a outorga de direito de uso; o monitoramento hidrológico; a cobrança pelo uso da água e o enquadramento dos corpos d'água; têm sido progressivamente aplicados e estão em constante aperfeiçoamento; e
- O FEHIDRO, experiência singular no país, garante a dinâmica de funcionamento do SIGRH e contribui cada vez mais para apoiar financeiramente a execução das ações do setor.

A oportunidade é de celebrarmos os avanços, mas ao mesmo tempo discutirmos eventuais correções de rumo e planejarmos o futuro tendo como orientação o objetivo maior desta política pública, definido no artigo 2º da Lei nº 7663/91, que é “assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade

satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo território do Estado de São Paulo.”

Fonte: Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Saneamento, de São Paulo, 03/01/2012, <http://www.sigrh.sp.gov.br/20anos/depoimentos.html>

5.5. Prêmio COFEHIDRO 2010:

O Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos divulgou no último dia 13 de dezembro, os vencedores do Prêmio COFEHIDRO. A cerimônia de entrega dos prêmios realizada no Palácio do Governo de São Paulo a partir das 17h30 apontou, além dos premiados nas quatro categorias, o ganhador do Prêmio Efetividade que entregou R\$ 200 mil reais ao Comitê que conduziu com maior agilidade os projetos em andamento na Bacia em que atua e, contou com a presença de autoridades do governo do Estado de São Paulo, Edson Giriboni, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo; Secretário Adjunto de Saneamento e Recursos Hídricos; Rogério Menezes de Mello, Walter Tesch, Coordenador de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, além de prefeitos e demais autoridades.

O Coordenador de Recursos Hídricos, Walter Tesch abriu os trabalhos comentando que a iniciativa visa a incentivar o trabalho dos Comitês de Bacias do estado de São Paulo a trabalharem cada vez mais de forma participativa e integrada. Elogiou particularmente o trabalho alavancado nas Bacias PCJ, que tem sido referência para vários Comitês que também realizam um trabalho igualmente exemplar.

O Secretário Adjunto, Rogério Menezes de Mello, comentou que: “é muito bom chegar neste final de ano e ver que nós podemos dar mais alguns passos, avançar. O FEHIDRO é um exemplo de Fundo administrado de forma democrática, com participação de várias entidades do estado e é de extrema importância particularmente para os pequenos municípios do estado de São Paulo, pois para estes municípios este Fundo faz toda diferença”.

O Secretário Executivo, Luiz Roberto Moretti representou os Comitês PCJ e, convidou parte de sua equipe para acompanhá-lo; Maria Luisa Palmieri e André Sanches Navarro, além de parte da equipe da Agência das Bacias PCJ, Adriana Isenburg, Diretora Técnica; Sérgio Razera, Diretor Administrativo Financeiro e Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão. Além disso, estiveram presentes representantes do Consórcio PCJ, SAAE de Indaiatuba, Prefeitura de Salto, CETESB de Campinas, FUNDAG e vários parceiros dos Comitês PCJ que prestigiaram a premiação.

O vencedor da categoria 1 - BASE DE DADOS E GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS foi o Empreendimento: Atualização do Cadastro dos Usuários dos Rios de Domínio do Estado de São Paulo, cujo tomador foi o Consórcio

Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí. Para receber o prêmio de R\$ 50.000 mil reais, foi chamado ao palco o Secretário Executivo dos Comitês PCJ, Luiz Roberto Moretti.

Para a categoria 2 – RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS MANANCIAIS E PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EVENTOS HIDROLÓGICOS EXTREMOS foi premiado o Empreendimento: Contenção da Erosão com Bacias de Retenção para Proteção do Manancial Morungaba/Cupini cujo tomador foi o Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE Indaiatuba, mais uma vez os Comitês PCJ receberam R\$ 50.000 mil reais como prêmio.

Na categoria 3 – APROVEITAMENTO MÚLTIPLO E PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS foi premiado o Empreendimento: Estudo de Viabilidade da Implantação da Barragem do Ribeirão Piraí cujo tomador foi o Tomador: Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí – CONIRPI, sendo premiado novamente os Comitês PCJ com um valor de mais R\$ 50.000 mil reais.

Na categoria 4 - Capacitação, Comunicação Social e Educação Ambiental foi premiado o empreendimento: Continuidade Projeto Bacia Hidrográfica - Um Instrumento de Educação cujo tomador foi a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola – FUNDAG e o Comitê CBH-Turvo Grande recebeu também R\$ 50.000 mil reais.

E, o vencedor do Prêmio Efetividade foi o Comitê Pontal do Paranapanema recebendo a quantia de R\$ 200 mil reais.

As três premiações resultaram na alocação de R\$ 150.000,00 para os Comitês PCJ, que serão empregados no financiamento de novos projetos voltados à conservação e recuperação das Bacias PCJ.

Este resultado ratifica a seriedade e eficiência dos procedimentos de hierarquização de empreendimentos realizados pelos Comitês PCJ, consistindo em estímulo para o aperfeiçoamento constante de tais procedimentos e para a seleção de projetos que proporcionem, em razão de sua qualidade técnica, resultados efetivos em prol dos recursos hídricos das Bacias PCJ.

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/noticias/117-comites-pcj-recebem-r-150-mil-reais-em-premios-do-cofehido.html>

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>

5.6. Prefeitura Municipal de Extrema/MG é vencedora do 10º Prêmio Furnas Ouro Azul:

A Prefeitura de Extrema foi a vencedora do 10º Prêmio Furnas Ouro Azul na Categoria Empresa Pública com O PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS. O

Projeto Conservador das Águas completou este ano 16 anos, tendo sido a lei aprovada há seis anos. A Prefeitura de Extrema estabeleceu incentivos para o proprietário rural que preservar e conservar os mananciais, sob o princípio de que as boas práticas adotadas para melhorar a oferta e a qualidade dos recursos hídricos devem ser remuneradas como fator de estímulo e de renda.

Por meio de decretos, a Prefeitura implantou o pagamento por serviços ambientais – esse sistema promove a implantação e a manutenção da cobertura vegetal das Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal, através da averbação em cartório, ambos conforme consta do Código Florestal e Legislação Estadual de Minas Gerais. A primeira fase do projeto está sendo realizada com o plantio de mudas e cercamento das Áreas de Preservação Permanente da bacia das Posses.

Assim, o proprietário rural habilitado fica responsável pela manutenção das APPs, recebendo da Prefeitura Municipal um benefício que se estenderá por, no mínimo, quatro anos, sendo o valor de referência (VR) de 100 Unidades Fiscais de Extrema (UFEX) por hectare (ha) por ano, que equivale a R\$ 176,00 divididas em 12 parcelas.

O Decreto nº 1703, de 2006, ainda prevê, no seu segundo parágrafo, que o proprietário rural habilitado é considerado “aquele que tenha propriedade rural com área igual ou superior a dois hectares, desenvolva atividade agrícola com finalidade econômica na propriedade rural e que o uso da água na propriedade rural esteja regularizado”.

O gestor ambiental do departamento de meio ambiente da Prefeitura de Extrema, Paulo Henrique Pereira, elaborou um livro sobre o assunto - O Conservador das Águas - que já foi citado inúmeras vezes como exemplo de programa de pagamento por serviços ambientais esclarece algumas dúvidas sobre o projeto:

Há quanto tempo você acompanha o Conservador? Que tipos de dificuldades encontrou no início e atualmente? Quais as conquistas nestes 16 anos? Com a lei, o que mudou?

Há 16 anos. O difícil é começar, convencer as pessoas e os proprietários rurais sobre o conceito, este foi o maior desafio.

A lei de 2005 foi a complementação de um trabalho de 10 anos, pudemos, neste período, estudar o município, planejar as ações e implementar o programa de pagamento por serviços ambientais (PSA).

Na prática, você diria que o Conservador realmente valeu a pena?

Está valendo, transformar uma idéia em ação concreta com resultados é bastante gratificante.

Hoje você já nota uma mudança de comportamento entre as pessoas que estão enquadradas no Conservador?

No começo nós tínhamos que procurar os agricultores, hoje são eles que nos procuram. Eu não vejo um outro modelo para o aumento da cobertura vegetal nas bacias hidrográficas que não passe pelos programas de PSA.

Em dezembro de 2010 você lançou um livro. Basicamente sobre o que o livro discorre? Como foi escrever este livro?

Sobretudo o que realizamos durante 15 anos, o que fizemos, os resultados e, principalmente, citar e agradecer as diversas pessoas que nos ajudaram.

Finalmente o que podemos esperar para do Conservador das Águas nos próximos cinco anos?

Nós estamos planejando o projeto para os próximos 15 anos, com o objetivo de aumentar a cobertura vegetal 30%, com adequação ambiental de todas as propriedades rurais de Extrema.

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/noticias/115-prefeitura-de-extrema-foi-a-vencedora-do-10o-premio-furnas-ouro-azul.html>

5.7. Projeto do Programa Produtor de Água do Município de Extrema/MG ganha Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da Caixa:

O Conservador das Águas, um dos projetos do Programa Produtor de Água da Agência Nacional de Águas (ANA), foi o vencedor do Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local da Caixa Econômica Federal. A cerimônia de premiação aconteceu no Teatro Cultural da Caixa, no dia 12 de dezembro, em Brasília, e contou com 200 inscritos. O Conservador das Águas, do município de Extrema (MG), beneficia uma população de 14 milhões de habitantes, concorreu com outros 27 projetos e foi o vencedor na categoria “Gestão Ambiental e Saneamento”, premiado com um troféu e ampla divulgação, por parte da Caixa, em filmes, publicações, exposição fotográfica, etc.

A parceria da ANA com *The Nature Conservancy* (TNC), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Prefeitura Municipal de Extrema (MG) e com o Governo do Estado de Minas Gerais para o projeto Conservador das Águas foi estabelecida em 2006, e atualmente remunera cerca de 150 produtores rurais que adotam práticas sustentáveis de manejo de solo e água, de acordo com os objetivos do programa*.

O Programa Produtor de Água visa a incentivar a compensação financeira aos produtores rurais que, comprovadamente, contribuam para a proteção e recuperação de mananciais, gerando benefícios para a bacia hidrográfica e para sua população.

Os objetivos do Produtor de Água são claros: redução da erosão, melhoria da

qualidade da água e aumento das vazões dos rios.

O modelo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) vem logrando êxito. A Agência Nacional de Águas contabiliza a implantação do Programa Produtor de Água em oito Estados brasileiros (Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Tocantins e Paraná) e recentemente no Distrito Federal, na bacia do ribeirão Pípiripau.

Desde sua criação, o Produtor de Água vem estimulando a adoção de práticas que visem à proteção hídrica no País. A contrapartida é a remuneração ao produtor rural que comprove os benefícios em sua propriedade.

Para que o Programa exista, é necessário que haja um arranjo local entre a ANA, o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal e o comitê de bacia hidrográfica local, além da adesão dos produtores rurais da região. A educação e a conscientização ambiental sobre a importância do projeto são fundamentais para o engajamento da sociedade na busca de parceiros em potencial e de soluções para o manejo sustentável de água e solo.

São objetivos do projeto Conservador das Águas: aumentar a cobertura vegetal nas sub-bacias hidrográficas e implantar micro corredores ecológicos; reduzir os níveis de poluição difusa rural, decorrentes dos processos de sedimentação e eutrofização e de falta de saneamento ambiental; difundir o conceito de manejo integrado de vegetação, solo e da água na bacia hidrográfica do rio Jaguari; e garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos manejos e práticas implantadas, por meio de serviços ambientais aos proprietários rurais.

Fonte: Agência Nacional de Águas, ANA, 03/01/2012, Texto de Carol Braz, Ascom/ANA - http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=9817

5.8. Diretoria da AGB-Doce esteve na Fundação Agência das Bacias PCJ

Durante os dias 29 e 30 de novembro a direção da AGB-Doce esteve em Piracicaba para conhecer a estrutura técnica e administrativa da Fundação Agência das Bacias PCJ.

O Diretor Técnico, Edson de Oliveira Azevedo; o Diretor Administrativo Financeiro, Carlos Magno Toledo Gouvea e o Diretor Geral; Carlos Augusto Brasileiro de Alencar foram recepcionados, inicialmente, pelo Diretor Financeiro da Agência das Bacias PCJ, Sérgio Razerá que apresentou a estrutura da Agência PCJ, além disso, o Coordenador Administrativo; Ivens Oliveira, o Coordenador do Sistema de Informações; Eduardo Cuoco Léo e a Coordenadora de Gestão; Kátia Gotardi apresentaram suas respectivas rotinas de trabalho aos diretores da AGB-Doce.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos foi implantada na Bacia do Rio Doce em 4 de novembro de 2010 e a entidade delegatária – vencedora de uma licitação pública para definir a entidade que assumiria o gerencienciamento dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos – foi o Instituto Bioatlântico, uma ONG criada para preservar a Mata Atlântica, com sede no Rio de Janeiro.

Para a direção da AGB-Doce – os quais passaram por uma sabatina para aprovação dos cargos – “a implantação da cobrança não apresentou grandes entraves, embora tenhamos vislumbrado a necessidade de diálogos com setores, como as prefeituras locais, mas de forma geral, a maturidade dos usuários nos surpreendeu”, comenta Alencar.

A visita na Agência das Bacias PCJ acrescentou ainda mais otimismo para a equipe que se mostrou bastante motivada para o trabalho, “tudo é novo para nós, temos escutado que temos muito trabalho pela frente, mas a experiência da Agência PCJ nos deixa esperançosos, nós trilharemos um caminho que já foi feito, pois o que foi realizado aqui nos deixa tranquilos quanto ao futuro. Sabemos, por exemplo, que precisamos começar a idealizar uma sede – salas, equipe, assessoria contábil, enfim toda a estrutura administrativa – e também visitaremos o Instituto Bioatlântico no Rio, Agevap em Resende, a ANA em Brasília e a AGB-Peixe Vivo a fim de trocarmos experiências para estruturarmos nossa Agência”, diz Gouvea.

Com experiência na área de recursos hídricos e saneamento, os diretores comentaram ainda que durante dois anos os Comitês da Bacia do Rio Doce – que engloba dois estados, Minas Gerais e Espírito Santo - trabalharam para operacionalizar a cobrança.

Para o Diretor Geral da AGB-Doce, Carlos Augusto Brasileiro de Alencar, “as decisões operacionalizadas na AGB-Doce sempre serão conduzidas de forma a garantir a participação da sociedade”.

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/noticias/113-diretoria-da-agb-doce-estiveram-na-fundacao-agencia-das-bacias-pcj.html>

5.9. Solicitação de desequiparação do Consórcio PCJ como Agência da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari

Em 20 de outubro de 2011 foi encaminhado ao Instituto mineiro de Gestão das Águas – IGAM, pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá o Ofício P – 024/11 informando o não interesse em prorrogar a vigência do Contrato de Gestão nº 001/2009, firmado com o IGAM, ou seja, solicita a sua desequiparação como entidade equiparada de Agência de Bacias para o Comitê PJ.

A Fundação Agência das PCJ manifestou o interesse de assumir a função exercida

pelo Consórcio PCJ, mas por conta da Lei nº 13.199, de 29/01/1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais, a Fundação, na sua personalidade jurídica, não é reconhecida por esta lei.

A desequiparação do Consórcio foi deliberada em 16/12/2011 na 7ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, conforme Deliberação Comitês PCJ nº 131/2011 (<http://www.comitepcj.sp.gov.br/download/DelibComitesPCJ131-11.pdf>).

6. COMPROVAÇÃO DOS RESULTADOS:

Os demonstrativos e documentos que comprovam o alcance das metas e objetivos estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ (www.agenciapcj.org.br), no Link “Relatório de Gestão - Relatório – Ano de 2011” e nos arquivos junto à sede da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/relatorio_003-ana-2011.pdf

Piracicaba, janeiro de 2012

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

Entidade Delegatária de funções de Agência de Água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, conforme previsto na Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 1997.

ANEXO I - ESTRUTURA MÍNIMA DE CARGOS E SALÁRIOS DA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

